



RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E DINÂMICA POPULACIONAL NA MICRORREGIÃO DE VARGINHA – MINAS GERAIS

FIELD-CITY AND POPULATION IN THE MICRO-REGION OF THE VARGINHA - MINAS GERAIS

RELACIÓN CAMPO-CIUDAD Y POBLACIÓN EN EL MICRORREGIÓN DE VARGINHA - MINAS GERAIS

Lucas Manoel

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João Del-Rei – Campus Tancredo Neves, São João Del-Rei - MG
E-mail: lucasgrutam@hotmail.com

Flamarion Dutra Alves

Professor Adjunto da Universidade Federal de Alfenas – Campus Santa Clara, Alfenas - MG
Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João Del-Rei – Campus Tancredo Neves, São João Del-Rei - MG
E-mail: dutrasm@yahoo.com.br

RESUMO:

Este artigo discute a importância da relação campo-cidade no âmbito da dinâmica populacional, tendo como enfoque a Microrregião de Varginha, Sul de Minas Gerais. A definição de espaço urbano no Brasil é muito simplista, pois restringe-se a elementos materiais ligados à infraestrutura, assim como, dá as administrações municipais o poder para delimitar o que será espaço urbano e espaço rural. Nesse sentido, o estudo teve como objetivo verificar a ruralidade local a partir do contexto socioespacial. Para tanto, recorreu-se a levantamentos de dados e informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre a população, quanto a densidade demográfica, população economicamente ativa agrícola, além de dados a respeito da produção agropecuária regional. Como resultado, evidenciou-se que 10, dos 16 municípios da Microrregião de Varginha, apresentam população inferior de 20 mil habitantes com forte ligação com as atividades agropecuárias, e 14 deles apresentam densidade demográfica inferior a padrões considerados urbano pela OCDE.

Palavras-chave: Cidades Pequenas; Cidade Média; Análise Regional; Ruralidade.

ABSTRACT:

This article discusses the importance of the field-city relationship in the population dynamics, focusing on the Microregion of Varginha, Southern Minas Gerais. The definition of urban space in Brazil is very simplistic, as it is restricted to material elements linked to infrastructure, as well as giving municipal administrations the power to delimit what will be urban space and rural space. In this sense, the study aims to verify the local rurality from the socio-spatial context. To do so, we used data and information surveys of the Brazilian Institute of Geography and Statistics on population, demographic density, economically active population, and data on regional agricultural production. It- was evidenced that of 10, of the 16 municipalities of the Varginha Microregion, they have a population of less than 20 thousand inhabitants with a strong connection to farming activities, and 14 have a population density lower than the urban OECD standards.

Keywords: Small City; Middle Town; Regional Analysis; Rurality.

RESUMEN:

Este artículo discute la importancia de la relación campo-ciudad en el marco de la dinámica poblacional, teniendo como enfoque la Microrregión de Varginha, Sur de Minas Gerais. La definición de espacio urbano

en Brasil es muy simplista, pues se restringe a elementos materiales ligados a la infraestructura, así como, da a las administraciones municipales el poder para delimitar lo que será espacio urbano y espacio rural. En ese sentido, el estudio tiene como objetivo verificar la ruralidad local a partir del contexto socioespacial. Para ello, se recurrió a levantamientos de datos e informaciones del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística sobre la población, en cuanto a densidad demográfica, población económicamente activa agrícola, además de datos sobre la producción agropecuaria regional. Se evidenció que 10, de los 16 municipios de la Microrregión de Varginha, presentan una población inferior de 20 mil habitantes con fuerte vinculación a las actividades agropecuarias, y 14 presentan una densidad demográfica inferior a los estándares considerados urbanos por la OCDE.

Palabras clave: Pequena Ciudad; Ciudad Media; Análisis Regional; Ruralidad.

1 INTRODUÇÃO

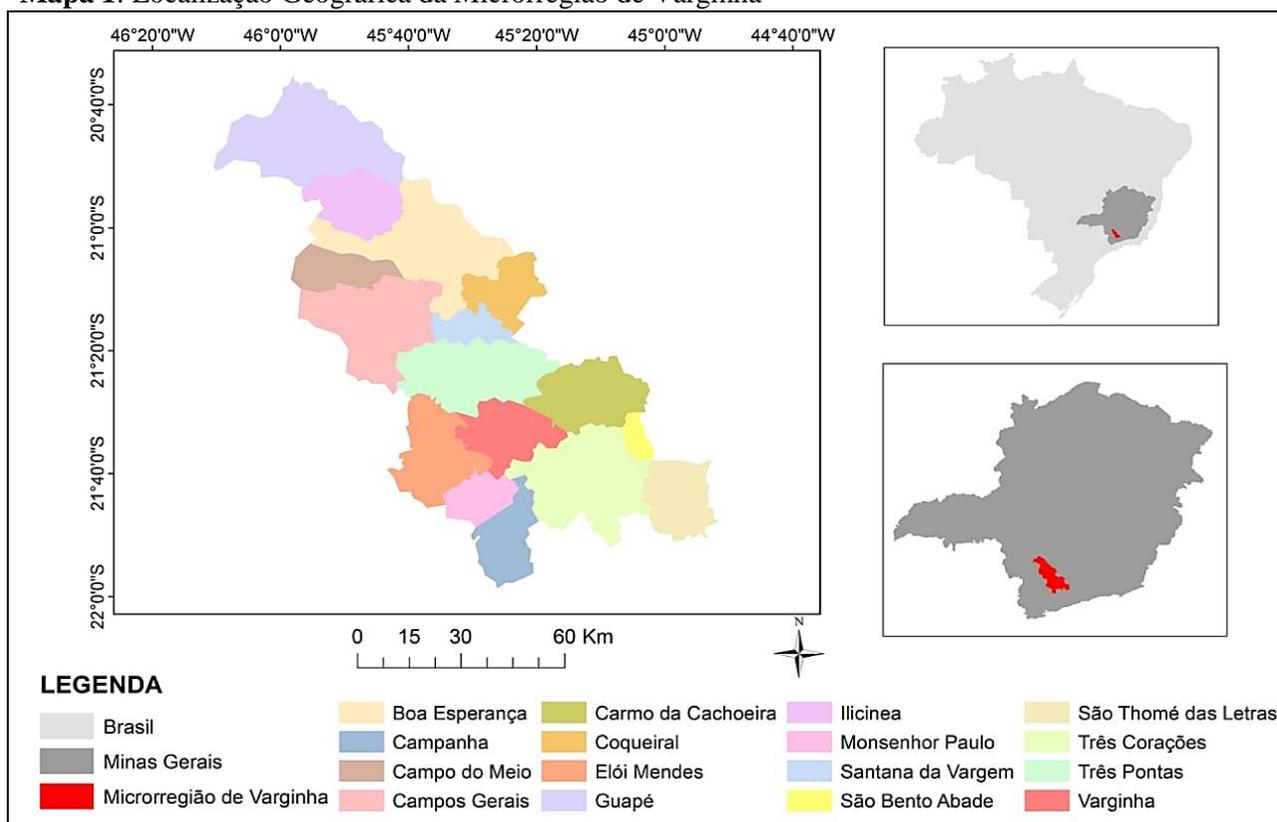
A relação campo-cidade, nos estudos geográficos, representa um importante campo de atuação para a análise das interações espaciais em um conjunto de municípios. Ou seja, através dessa relação é possível entender como a dinâmica econômica e populacional se comportam em diferentes escalas, e qual o papel da agropecuária, indústria e comércio no contexto regional. Isso é possível porque muitos municípios, com população majoritariamente urbana, apresentam traços e conjunturas socioespaciais atreladas ao mundo rural. O Sul de Minas, região composta por pequenas e médias cidades, é uma das que apresentam esse hibridismo espacial.

A Microrregião de Varginha (MRV) (Mapa 1) é uma das dez subdivisões da Mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais. A área abrange 16 municípios, que juntos, somam uma população de 441.060 habitantes (IBGE, 2010). Do grupo, apenas três possuem quantitativo superior a 50 mil habitantes, entre eles Varginha com 123.081 moradores, principal destaque local por polarizar a dinâmica socioeconômica regional. Essa região, desde o início do terceiro decênio do século XVIII, quando começou a ser ocupada e explorada, deixou de ser uma simples ramificação da rota que saía da parte central mineira, sentido aos litorais de São Paulo e do Rio de Janeiro, para se tornar um dos pontos mais desenvolvidos do estado.

Dito isto, o propósito deste artigo é analisar a relação campo-cidade na organização do espaço da Microrregião de Varginha no que tange à dinâmica populacional, além de verificar a ruralidade local a partir do contexto socioespacial. Para tanto, recorreu-se a levantamentos de dados e informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre população, quanto a densidade demográfica, população economicamente ativa agrícola, além de dados a respeito da produção agropecuária regional.



Mapa 1: Localização Geográfica da Microrregião de Varginha



Fonte: Elaborado por Winkler José Pinto, 2018

2 REGIÃO: ESTRUTURA E DINÂMICAS

O estudo regional permite na geografia, entre tantas outras possibilidades, compreender o comportamento de áreas com particularidades singulares, próprias. Possibilita ainda observar a união dessas áreas ao mesmo tempo em que elas, no contexto regional, estão separadas devido a existência de variações e contradições em seus territórios. Posto isto, passaremos na sequência para uma breve discussão a respeito da estrutura e das dinâmicas sobre o tema região.

De início, é necessário a definição de região e de duas de suas variáveis (mesorregião e microrregião). Ambas, em síntese, são entendidas como uma porção da superfície terrestre, com característica espacial regular, hierarquizada, fundamentada em elementos naturais e humanos, em que a micro(região) é parte integrante da meso(região), que, por sua vez, pertence a região (uma delimitação maior que engloba as duas). Para Santos (2006, p. 109), “na realidade, a região pode ser considerada [também] como um lugar, desde que a regra da unidade e da continuidade do acontecer histórico se verifique”. Ou seja, desde que haja um vínculo com o lugar.

Ainda sobre esse conceito, Corrêa (2003, p. 28) coloca que “a região geográfica abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam [se cruzam] de modo harmonioso



componentes humanos e a natureza” – tal como registramos. Assim, com base nos pressupostos versados por esse autor, a região pode ser considerada como “uma entidade concreta, palpável, um dado [aspecto] com a vida, supondo, portanto, uma evolução e um estágio de equilíbrio”. Ou seja, uma espécie de mutabilidade do espaço geográfico.

Ainda apoiado em uma visão possibilista, o mesmo autor completa dizendo que, com base nesse “raciocínio, chegar-se-ia à conclusão que a região poderia desaparecer. Sendo assim, o papel do geógrafo é o de reconhecê-la, descrevê-la e explicá-la, isto é, tornar claros os seus limites, seus elementos constituintes combinados entre si e os processos de sua formação e evolução” (CORRÊA, 2003, p. 29). Essa seria, portanto, uma das atribuições do geógrafo, tendo em vista que a região é, por essência, um de seus objetos de estudo mais conhecidos.

A respeito das microrregiões geográficas – principal objeto de estudo deste artigo –, são fragmentos emblemáticos do espaço geográfico brasileiro individualizados com o propósito de conhecer e fomentar a integração, o planejamento e o desenvolvimento local. Delimitadas no ano de 1989, por meio da Resolução PR-51, publicada no Suplemento do Boletim de Serviço do Departamento de Geografia – instituição ligada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, entraram em vigor em 1990 como “parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço”. Ainda segundo IBGE (1990, p. 8):

As microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto a organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos nem conferem as microrregiões autossuficiência e tampouco o caráter de serem únicas devido a sua articulação a espaços maiores, [...]. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca [...]. A organização do espaço microrregional foi identificada também pela vida de relações ao nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela possibilidade de atender as populações através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos.

Esse tipo de “organização do espaço” tem a ver com que Haesbaert (2010) entende por regionalização. Para este autor, a regionalização do território significa um movimento, ou, “a região enquanto processo, em constante rearticulação”. Já a regionalidade pode ser vista “a partir da grande diferenciação cultural e da enorme desigualdade social produzida mesmo num mundo tido como globalizado e, portanto, pretensamente mais homogêneo” (HAESBAERT, 2010, p. 5). Essas condições são, portanto, algumas das que trazem uma certa mutabilidade ou instabilidade para as regiões.

Tanto as microrregiões, quanto as mesorregiões e a região são frutos de territorialidades. A respeito do conceito de território, Raffestin (1980, p. 143) diz que ele “se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Desse modo, “ao se apropriar de um espaço, concreta [real] ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço” num movimento que podemos chamar territorialização, posse, conquista, domínio.

Sobre essa dinâmica, Saquet (2008) coloca que a territorialização é substantivada, quer dizer, ela evidencia uma essência. Nesse sentido – ainda segundo este autor – ela é formada por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e que estão em unidade. A territorialização é, portanto, “resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, [ela] pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades” (SAQUET, 2008, p. 83). Lembrando que o saber sobre território corrobora para o saber sobre a região.

Vale lembrar que a MRV é palco de variadas territorialidades, que ora são particuladas e ora unificadas. Esses territórios são decorrências de certos movimentos, entre os quais, o que promoveu a criação dos núcleos urbanos (ou seja, a urbanização), do meio rural (ruralização) e mais recentemente a que deu origem a uma transição entre esses dois, a rururbanização, que na área examinada se faz muito presente num verdadeiro *continuum* campo-cidade.

Sobre o último movimento indicado, Alves e Vale (2013) dizem que a visão dicotômica, separada, entre campo e cidade “foi sendo substituída por intervenções sob vários prismas: o *continuum* entre os espaços ou a sobreposição denominada de Rururbano, uma análise urbana do centro às franjas urbanas ou ainda o rural na cidade através da agricultura urbana” (ALVES; VALE, 2013, p. 34). Do mesmo modo, é possível perceber o contrário quando verificarmos a presença de aparelhos tipicamente urbanos instalados na zona rural, como rede de internet, TV a cabo, ruas pavimentadas, dentre outros elementos que evidenciam a presença da urbanidade no meio rural. A respeito dessas modificações e inserções no campo, Rúa (2005) diz que

Em geral, para essa vertente analítica [ou seja, aquela que estreita a relação campo-cidade], com a expansão do capitalismo, o rural se “moderniza”, isto é, se “urbaniza”, adquirindo, assim, um sentido de pertencimento, de inclusão e de presença do Estado, através das infraestruturas construídas, que constituiriam a materialização da urbanização (RUA, 2005, p. 51).

Colocado isto, há de se convir que existem dois cenários diferentes e, ao mesmo tempo, interlaçados – imbricados –, que refletem o espaço geográfico da MRV, aspectos diferenciados conforme propõem Alves e Vale (2013). Segundo esses autores, “o que vai diferenciar o urbano do



rural é a intensidade da territorialidade, pois o primeiro representa relações mais globais, mais deslocadas do território, enquanto o rural reflete [demonstra] uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa” (ALVES; VALE, 2013, p. 38). Fatores que podem ser vistos na área examinada como uma certa facilidade, principalmente em relação ao rural.

Nesse sentido, vemos que a região apresenta elementos para discussão do planejamento e organização do espaço, pois traz subsídios da estrutura organizacional dos municípios e das interações entre eles. Como a noção de hierarquia, que permite verificar o grau de centralidade e interdependência entre os espaços instalados dentro do espaço da microrregião. Quer dizer, o estudo microrregional pode ser considerado como um meio facilitador para a compreensão das potencialidades e mazelas dos municípios.

Colocado isto, passaremos na sequência para uma breve discussão a respeito da relação campo-cidade. Os autores e fontes que serão evidenciados, aliados aos que já foram registrados e aos que ainda aparecerão no decorrer do artigo ajudaram a compreender a dinâmica da MRV no tocante a sua verdadeira realidade estrutural.

3 RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E POPULAÇÃO

Atualmente, o estudo da relação campo-cidade superou a visão dicotômica entre cidade e campo, antes vistos como espaços sem interações e divergentes. Percebe-se um verdadeiro *continuum* entre campo-cidade. Essa relação acontece de diversas maneiras e é mais perceptível em cidades pequenas e médias, onde a população rural e urbana tem uma convivência mais presente e uma mobilidade da população entre esses espaços mais dinâmica.

No Brasil, segundo IBGE (2017, p. 11), a delimitação de zona rural e urbana fica a cargo dos municípios. Sendo usualmente conferidas da seguinte maneira: por meio da necessidade da cobrança do Imposto Territorial Urbano (IPTU), delimita-se primeiramente o que é área urbana (incluindo as áreas distritais), sendo chamado por exclusão, de rural, os espaços não-urbanos, sendo cobrado desses o Imposto Territorial Rural (ITR), que é de competência da esfera federal.

Contudo, de acordo com IBGE (2017), “muitas vezes as transformações econômicas e sociais alteram profundamente a configuração espacial [...] sem que a legislação [atual] consiga acompanhar em tempo hábil as novas estruturas territoriais e o processo de distribuição espacial das populações e das atividades econômicas” (IBGE, 2017, p. 11). Isso faz com que esse tipo de definição apresente falhas e não represente verdadeiramente as especificidades de cada área, em

especial da segunda. Isto é, a definição por demarcação para fins fiscais – IPTU e ITR – promove uma separação de dois ambientes que, de certo modo, são inseparáveis.

Com efeito, caracterizar o que é rural por exclusão tenderia a fugir da realidade, já que para Abramovay (2000, p. 27) “o meio rural só pode ser compreendido em suas relações com as cidades, com as regiões metropolitanas e também com os pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local”. Em síntese, ainda para este autor, “[...] é crucial o papel destes pequenos centros na dinamização das regiões rurais”. Como visto, há a necessidade de perceber uma interação e não uma delimitação ou circunscrição real desses espaços.

Essas divergências, entre os critérios e definições, também são lembradas por Marques (2002), que, inclusive, elenca alguns parâmetros estabelecidos para fins meramente estatísticos e administrativos. Os modelos registrados são: a discriminação a partir de determinado patamar populacional, predominância da atividade agrícola e delimitação político-administrativa. Por isso, para a autora

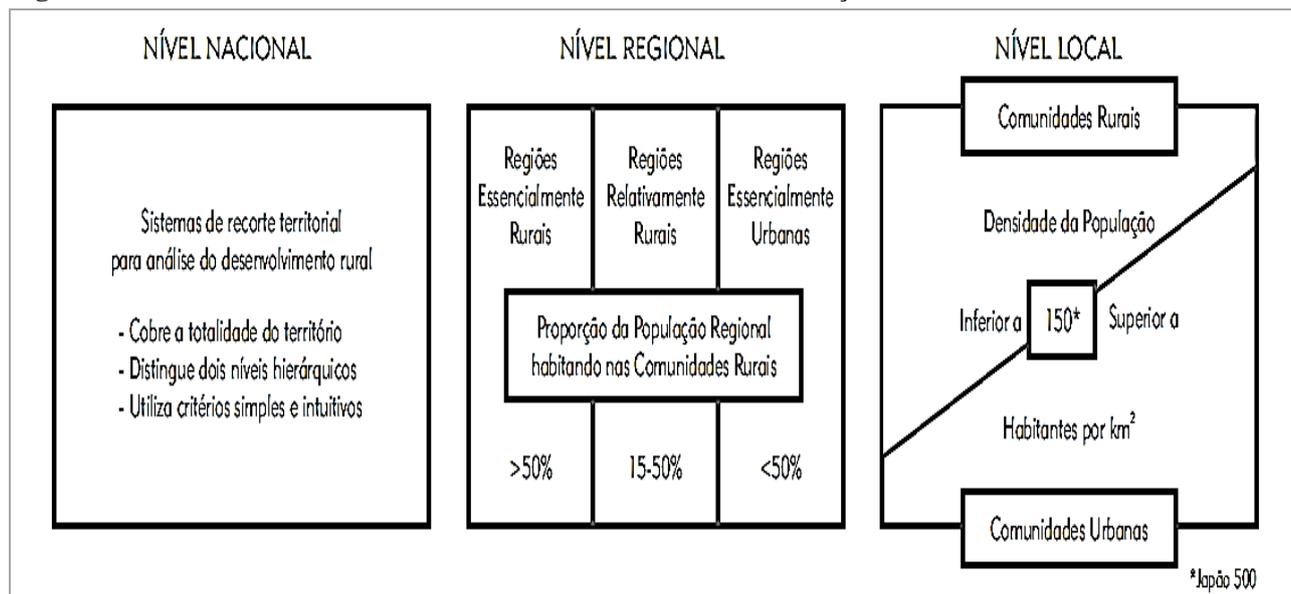
Há muita divergência quanto ao modo de definir o rural e isto se deve a uma série de fatores que vão desde a forma diversificada em que esta realidade se apresenta no espaço e no tempo até as influências de caráter político-ideológico e os objetivos a que visam atender as diversas definições. Comumente o rural é definido juntamente com o urbano com base em características a partir das quais eles se diferenciam (MARQUES, 2002, p. 99).

Extrapolando a discussão para uma análise mais ampla, por microrregiões geográficas, essa divisão – neste caso para um melhor conhecimento – entre espaço rural e urbano pode ser feita de acordo com o Sistema de Recorte Territorial e seus Critérios de Classificação elaborado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O método (Figura 1) é uma modificação – feita por José Eli da Veiga *apud* Schneider e Blume (2004) – do método original para que pudesse ser utilizado de acordo com realidade brasileira.

No documento original, propõe-se que municípios com menos de 150 hab./Km² sejam considerados Municípios Rurais. No entanto, para adequar essa quantidade à atual realidade do Brasil, Schneider e Blume (2004, p. 124) propõem o seguinte: para aqueles que apresentarem densidade demográfica menor que 80 hab./Km² serão classificados como Municípios Rurais e os que apresentarem maior ou igual a 80 hab./Km², ou valor maior ou igual a 100 mil habitantes para a população total, serão classificados como Municípios Urbanos.



Figura 1: Sistema de Recorte Territorial e seus Critérios de Classificação



Fonte: Adaptado de Schneider e Blume (2004, p. 118)

Com base nesse tipo de definição, grande parte dos municípios brasileiros poderiam ser enquadrados como rurais. Condição que pôde ser observada também com base em Wanderley (2001). Para esta autora, a presença do mundo rural no cotidiano das pessoas pode ser percebida por meio de diversos indicadores socioeconômicos e demográficos, dentre os quais:

[...] o peso da população rural no conjunto da população municipal; a proporção das pessoas que, vivendo nas áreas urbanas, trabalham no meio rural, especialmente agricultores e suas famílias – o que estabelece uma via de duas mãos na circulação entre a população rural e urbana no espaço municipal – e a proporção [...] ocupadas nas atividades agropecuárias sobre o conjunto das pessoas ocupadas no município (WANDERLEY, 2001, p. 7).

Com base no exposto por Wanderley (2001) e nas fundamentações teóricas anteriores, passaremos na sequência para as análises realizadas na MRV e que visam demonstrar a presença de uma estreita relação campo-cidade na localidade examinada.

4 ANÁLISE POPULACIONAL NA MICRORREGIÃO DE VARGINHA

Como guia dessa proposição serão utilizados os dados presentes na Tabela 1, que mostra os quantitativos e o comportamento populacional da Microrregião de Varginha entre as décadas de 1970 e 2010. Para tanto, os 16 municípios da delimitação serão categorizados em três grupos (pequeno, intermediário e médio) e depois separados de acordo com a função (urbano ou rural).

O primeiro dado relevante extraído da Tabela foi que 10, dos 16 municípios da MRV, possuem um quantitativo inferior a 20 mil habitantes, condição que torna essa delimitação um espaço com aglomerações populacionais absolutas predominantemente pequenas. Vale destacar que em termos de proporção, essas áreas correspondem a 62,5% do total presente na MRV.

Tomando por base Wanderley (2001, p. 4), além de pequenos, podemos considerar essas divisões administrativas como Municípios Rurais, já que suas sedes apresentam uma população inferior a 20 mil habitantes e por isso “não integrariam propriamente o «sistema de cidades», sendo consideradas [então] como não-urbanas” – situação que vai ao encontro do que também propõem Schneider e Blume (2004). Essa condição acontece devido à escassez ou a falta de elementos tipicamente urbanos, como infraestrutura, e suas economias ligadas, em especial, à agropecuária, além de questões socioculturais intimamente conectadas ao campo.

Tabela 1: Quantitativo populacional dos municípios da Microrregião de Varginha entre 1970 e 2010

| Município | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 |
|---------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – Boa Esperança | 20.518 | 25.492 | 33.015 | 37.074 | 38.516 |
| 02 – Campanha | 10.030 | 10.511 | 12.260 | 14.098 | 15.433 |
| 03 – Campo do Meio | 08.125 | 09.195 | 10.883 | 11.436 | 11.476 |
| 04 – Campos Gerais | 19.333 | 21.303 | 23.946 | 26.541 | 27.600 |
| 05 – Carmo da Cachoeira | 07.294 | 08.569 | 10.279 | 11.600 | 11.836 |
| 06 – Coqueiral | 07.223 | 08.137 | 09.214 | 09.612 | 09.289 |
| 07 – Elói Mendes | 14.697 | 16.981 | 19.373 | 21.947 | 25.220 |
| 08 – Guapé | 09.746 | 11.338 | 11.852 | 13.620 | 13.872 |
| 09 – Ilícinea | 06.984 | 07.499 | 08.783 | 10.532 | 11.488 |
| 10 – Monsenhor Paulo | 05.114 | 05.575 | 07.051 | 07.615 | 08.161 |
| 11 – Santana da Vargem | 05.309 | 06.346 | 06.846 | 07.521 | 07.231 |
| 12 – São Bento Abade | 01.491 | 01.782 | 02.556 | 03.737 | 04.577 |
| 13 – São Thomé das Letras | 06.796 | 05.292 | 05.700 | 06.204 | 06.655 |
| 14 – Três Corações | 35.180 | 44.382 | 57.045 | 65.291 | 72.765 |
| 15 – Três Pontas | 27.514 | 37.729 | 45.832 | 51.024 | 53.860 |
| 16 – Varginha | 43.628 | 64.904 | 88.022 | 108.998 | 123.081 |
| TOTAL | 228.982 | 285.035 | 352.657 | 406.850 | 441.060 |

Fonte: Elaborado pelos Autores com base em IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

Nos municípios em que a população é superior a 20 mil e menor que 50 mil habitantes: Boa Esperança, Campos Gerais e Elói Mendes, com respectivamente 38.516, 27.600 e 25.220 moradores (IBGE, 2010), verificou-se que suas sedes possuem praticamente o mesmo cenário socioespacial do primeiro grupo. As diferenças ficaram a cargo do movimento pela área central (mais constante nessas do que nas primeiras examinadas) – como no caso de Elói Mendes, que segundo Manoel



(2016) possui um comércio no centro da cidade bastante movimentado, sendo um importante ponto gerador de empregos para os moradores locais.

Os três municípios restantes, Três Corações, Três Pontas e Varginha, possuem juntos mais da metade da população da MRV (56,6%). Analisando-os com base – apenas – em seus quantitativos urbanos, já que suas sedes detêm taxas acima de 85% da totalidade de habitantes do município, pôde-se expressar que ambas se enquadrariam na tipologia de cidades médias, que para Amorim Filho e Sena Filho (2007) são as que possuem em torno de 50.000 e 150.000 habitantes. Porém, apenas Varginha possui esse *status* por seu poder de polarização.

Sobre a morfologia funcional dessas, ainda com base nos autores, foi possível perceber *in loco* que a divisão do espaço urbano é bem mais complexa daquelas que foram observadas nas menores, a exemplo das zonas centrais, bem mais movimentadas, e das periferias, onde condomínios fechados e autoconstruções se misturam – apesar da separação física fortemente presente (observada nos muros que os isolam) e social (da condição em que se encontram na partilha do espaço geográfico local).

Verificou-se também movimentos pendulares mais dinâmicos entre essas três cidades em comparação com as anteriores – este indicativo surgiu de observações no intenso e constante fluxo de veículos pelas duas rodovias que interligam Três Pontas, Três Corações e Varginha, a última, não por acaso, escolhida estrategicamente para sediar o primeiro shopping da localidade –, e que mostra uma maior conexão entre as com maior população na MRV. Para demonstrar os quantitativos desse fluxo e a proximidade dos centros urbanos, recorremos a Tabela 2.

Tabela 2: Volume de tráfego no principal eixo de escoamento da Microrregião de Varginha

| Trecho | | Extensão (km) | Contagem Volumétrica de Tráfego (Obs. VMDAT = Volume Médio Diário Anual de Tráfego) | | | | | VMDAT Total |
|-------------|-----------------------------------------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------|----------|-------------|--------------|------------------|--------------|
| Início | Fim | | Passeio | Coletivo | Carga Média | Carga Pesada | Carga Articulada | |
| Três Pontas | Entroncamento BR 491 A (Varginha) | 27,5 | 2.691 | 75 | 275 | 230 | 95 | 3.366 |
| Varginha | Entroncamento BR 381/MG 167 B (Três Corações) | 17,8 | 6.282 | 225 | 1.620 | 1.247 | 535 | 9.909 |

Fonte: Adaptado de DEER (2018) disponível em: <https://bit.ly/2MtVBXj> Acessado em: 25/08/2018

Ao somar a extensão dos dois trechos que interligam essas três cidades, verificamos ser esse um trajeto relativamente curto, apenas 45,3 km, por onde trafegam perto de 10 mil veículos por dia. Fluxo que deriva (em maior parte) do deslocamento da parcela da população que vive nos pequenos

centros urbanos e que adentram esse eixo de conexão para irem até os centros maiores em busca de lazer, estudos, trabalho, entre outros. Sobre esse movimento

Estas pequenas cidades localizam-se a uma distância próxima que viabiliza migrações pendulares daqueles que ali vivem mas trabalham na cidade maior. O mercado de trabalho da cidade em expansão, a acessibilidade e a perda do papel de lugar central de núcleos que foram afetados pela valorização da terra para fins urbanos em detrimento de usos agrícolas, parecem explicar a transformação dessas pequenas cidades (CORRÊA, 2011, p. 12).

Para descobrir em qual das categorias propostas por Schneider e Blume (2004) a MRV se enquadra na escala regional (Essencialmente Rural, Relativamente Rural ou Essencialmente Urbana), recorreu-se aos dados presentes Tabela 3. Desse modo, através das informações, foi possível verificar quais dos municípios investigados são, de acordo com a proposta, urbanos, e no contexto regional, qual o predomínio na microrregião. O apontamento é importante pois pode servir como parâmetro para futuras políticas públicas e privadas que venham a favorecer a localidade – já que ele mostra a realidade funcional da área.

Tabela 3: Habitantes por Km² nos municípios da Microrregião de Varginha

| Município | Densidade Demográfica (Hab./km ²) | Município | Densidade Demográfica (Hab./km ²) |
|----------------------|-----------------------------------------------|----------------------|-----------------------------------------------|
| Varginha | 311,29 | Campo do Meio | 41,67 |
| Três Corações | 87,88 | Monsenhor Paulo | 37,69 |
| Três Pontas | 78,08 | Campos Gerais | 35,87 |
| São Bento Abade | 56,93 | Coqueiral | 31,36 |
| Elói Mendes | 50,49 | Ilicínea | 30,53 |
| Campanha | 45,99 | Carmo da Cachoeira | 23,38 |
| Boa Esperança | 44,75 | São Thomé das Letras | 18,00 |
| Santana da Vargem | 41,93 | Guapé | 14,85 |

Fonte: Elaborado pelos Autores com base em IBGE-CIDADES (2010)

Por meio dos dados chegou-se à conclusão que apenas 2 dos 16 municípios são urbanos: Varginha – que detém população acima de 100 mil habitantes e é a principal referência – e Três Corações, que, mesmo com um quantitativo menor, enquadra-se nessa categoria por contar com densidade populacional igual ou acima de 80 hab./km². Já no contexto regional, por apresentar 87,5% de municípios “não-urbanos”, a MRV torna-se, conseqüentemente, uma delimitação Essencialmente Rural. Sobre deste tipo de constatação:

[...] pode ser útil aos planejadores e formuladores de políticas públicas, pois permite que se identifiquem mais objetivamente as similitudes entre os territórios que partilham de uma dinâmica demográfica semelhante. E, caso seja aceito o argumento de que a pressão antrópica, percebida a partir da variável densidade

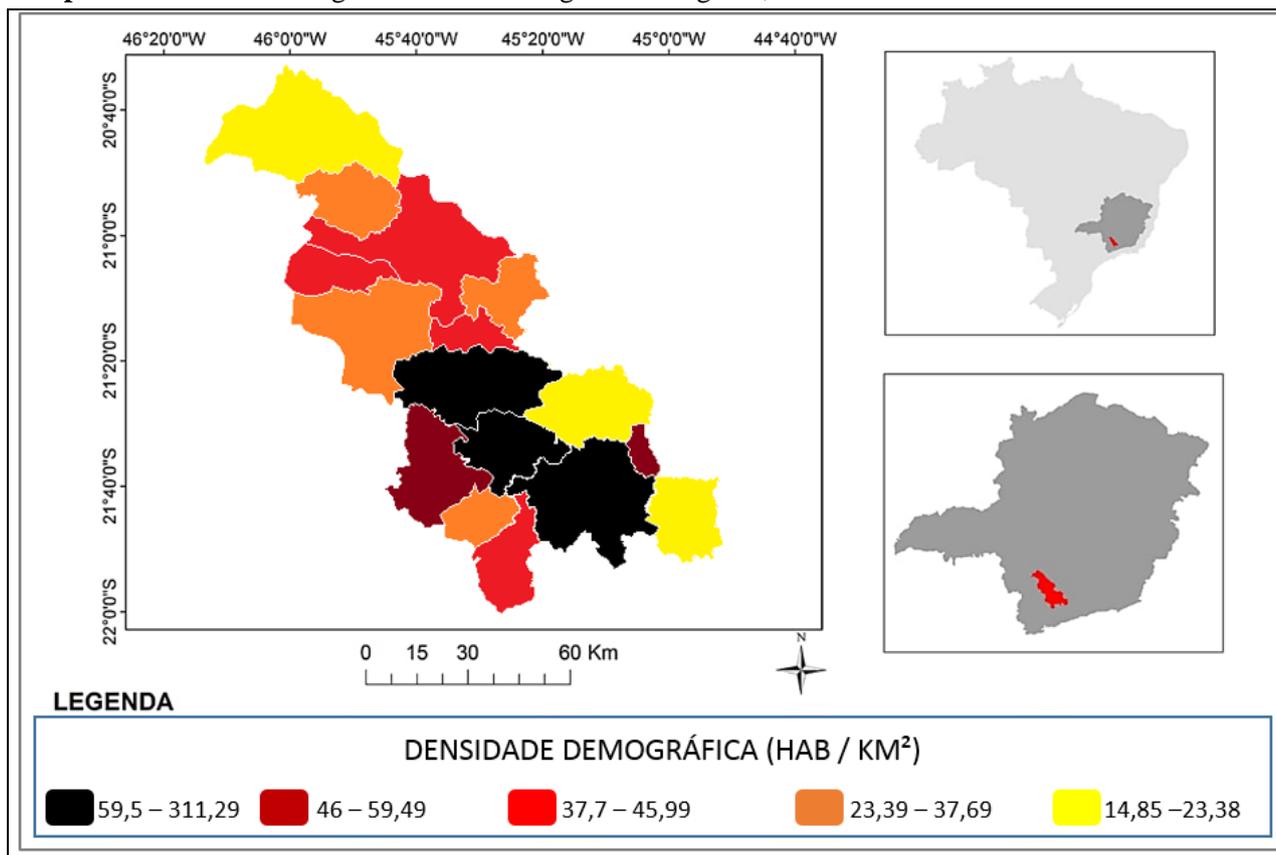


demográfica, constitui-se em indicador judicioso acerca do que ocorre na dinâmica social, ocupacional, econômica, política e cultural de um dado território, é possível acreditar que se esteja delineando uma referência importante para resolver, a um só golpe, o desafio de superar os limites analítico-conceituais e prático-normativos que permitirão a utilização da abordagem territorial nos estudos e nas ações de desenvolvimento rural (SCHNEIDER; BLUME, 2004, p. 133).

Essa indicação reafirma o que foi colocado no início desta seção, onde verificou-se que em termos de proporcionalidade, as pequenas cidades correspondem a 62,5% do total presente na microrregião, exercendo essas uma função majoritariamente rural. Essa condição acontece, é importante lembrar, devido à escassez ou a falta de elementos tipicamente urbanos, como infraestrutura, e suas economias ligadas, especialmente, às atividades agropecuárias, além de questões socioculturais intimamente conectadas ao campo, conforme já registramos.

A seguir, o mapa 2 ilustra o comportamento da densidade demográfica na Microrregião de Varginha, apontando uma concentração no município de Varginha e uma dispersão à medida que se distancia da cidade polo. Após registrada essa informação, passaremos a discorrer mais fortemente e de forma conclusiva sobre a importância do meio rural para essa delimitação.

Mapa 2: Densidade demográfica na Microrregião de Varginha, 2010



Fonte: Elaborado pelos Autores, 2018

Mostrada a densidade demográfica na microrregião, a análise que segue – realizada com base nos dados da Tabela 4 –, será voltada justamente para sua pré-disposição local, ou seja, a importância do meio rural em termos de absorção de mão de obra e movimentação financeira.

Tabela 4: População, PEA Agrícola e Densidade Demográfica dos municípios da MRV.

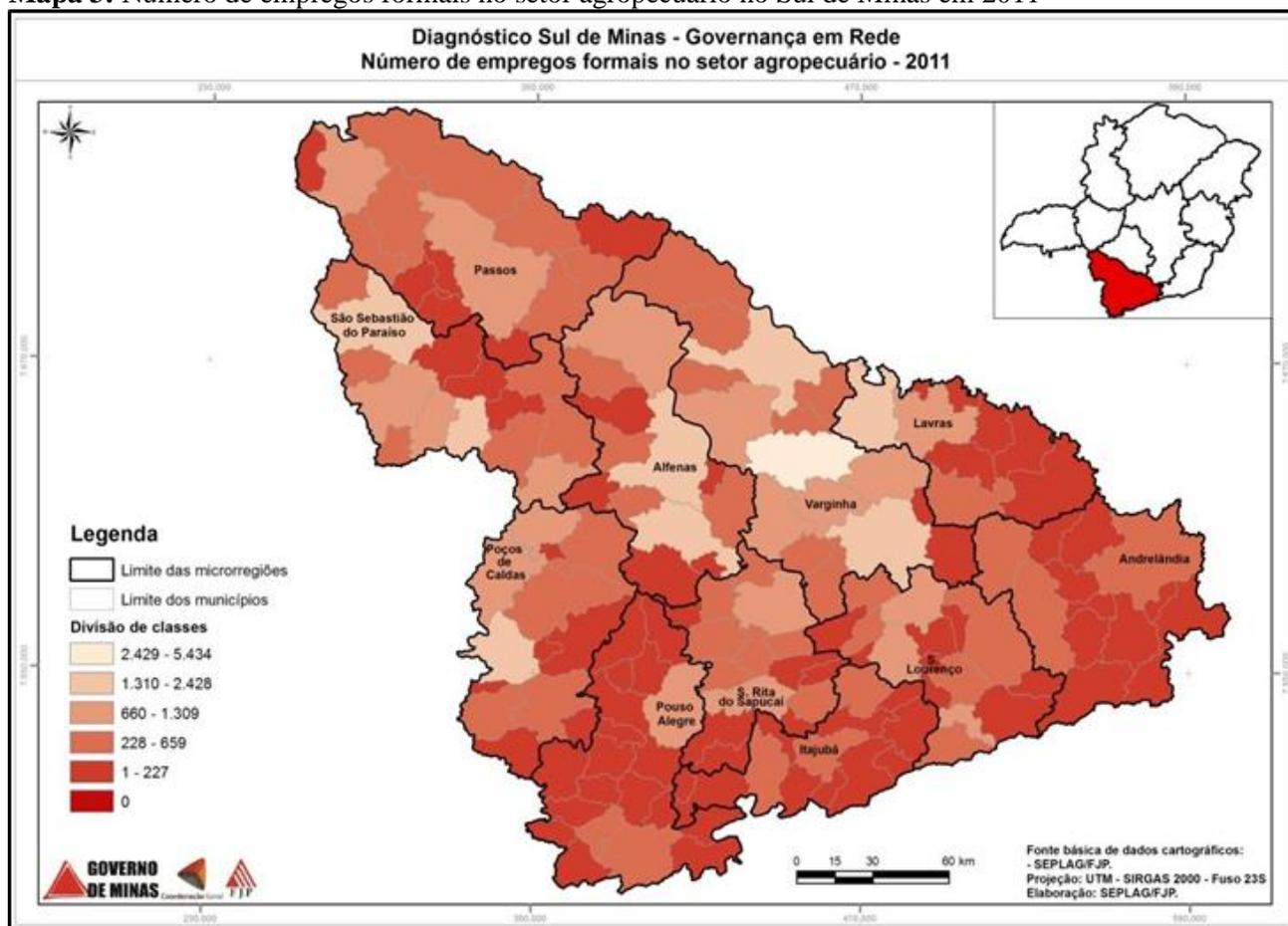
| Município | População Total (2010) | População Urbana (2010) | População Rural (2010) | Pessoas Ocupadas no Campo (2006) | Densidade Demográfica (Hab./km ²) |
|----------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|----------------------------------|-----------------------------------------------|
| Boa Esperança | 38.516 | 32.191 | 6.325 | 6.501 | 44,75 |
| Campanha | 15.543 | 13.326 | 2.107 | 4.025 | 45,99 |
| Campo do Meio | 11.476 | 10.059 | 1.417 | 2.978 | 41,67 |
| Campos Gerais | 27.600 | 19.156 | 8.444 | 11.425 | 35,87 |
| Carmo da Cachoeira | 11.836 | 8.966 | 2.870 | 6.742 | 23,38 |
| Coqueiral | 9.289 | 6.588 | 2.701 | 2.717 | 31,36 |
| Elói Mendes | 25.220 | 20.374 | 4.846 | 5.022 | 59,49 |
| Guapé | 13.872 | 7.174 | 6.698 | 4.723 | 14,85 |
| Ilicínea | 11.488 | 9.096 | 2.392 | 3.377 | 30,53 |
| Monsenhor Paulo | 8.161 | 6.133 | 2.028 | 2.391 | 37,69 |
| Santana da Vargem | 7.231 | 5.278 | 1.953 | 3.455 | 41,93 |
| São Bento Abate | 4.577 | 4.238 | 339 | 205 | 56,53 |
| São Thomé das Letras | 6.655 | 3.857 | 2.798 | 1.242 | 18,00 |
| Três Corações | 72.765 | 65.826 | 6.939 | 4.275 | 87,88 |
| Três Pontas | 53.860 | 46.280 | 7.580 | 12.724 | 78,08 |
| Varginha | 123.81 | 119.061 | 4.020 | 3.146 | 311,29 |
| Total | 441.060 | 377.603 | 63.457 | 74.998 | - |

Fonte: Elaborado pelos Autores com dados extraídos do IBGE (SIDRA, 2018)

Os dados apresentados comprovam, de certo modo, a importância do meio rural para a manutenção econômica do “ambiente urbano”, à medida em que basta observar o número total de Pessoas Ocupadas no campo em 2006 na MRV (74.998) em comparação com o de moradores rurais em 2010 (63.457) – perceba que 11 municípios da MRV apresentam mais trabalhadores rurais que a própria população rural. A diferença encontrada, de 11.541 pessoas, corresponde àquelas que moram nas cidades e trabalham no campo (quantidade que pode ser maior quando considerado somente as pessoas economicamente ativas agrícolas e aquelas que trabalham sem carteira assinada), neste caso, considerando todas como ocupadas, a diferença aumentaria para 42.807, visto que o PEAA na delimitação, segundo IBGE (2010), é de 32.181 indivíduos. A espacialidade dessa mão de obra poderá ser vista, com olhar atento e comparativo, na ilustração a seguir (Mapa 3), nela é possível perceber que MRV se destaca das demais microrregiões da Mesorregião Sul e Sudoeste pelo número de empregos no setor agropecuário em 2011.



Mapa 3: Número de empregos formais no setor agropecuário no Sul de Minas em 2011



Fonte: Extraído de Minas Gerais (2014, p. 125)

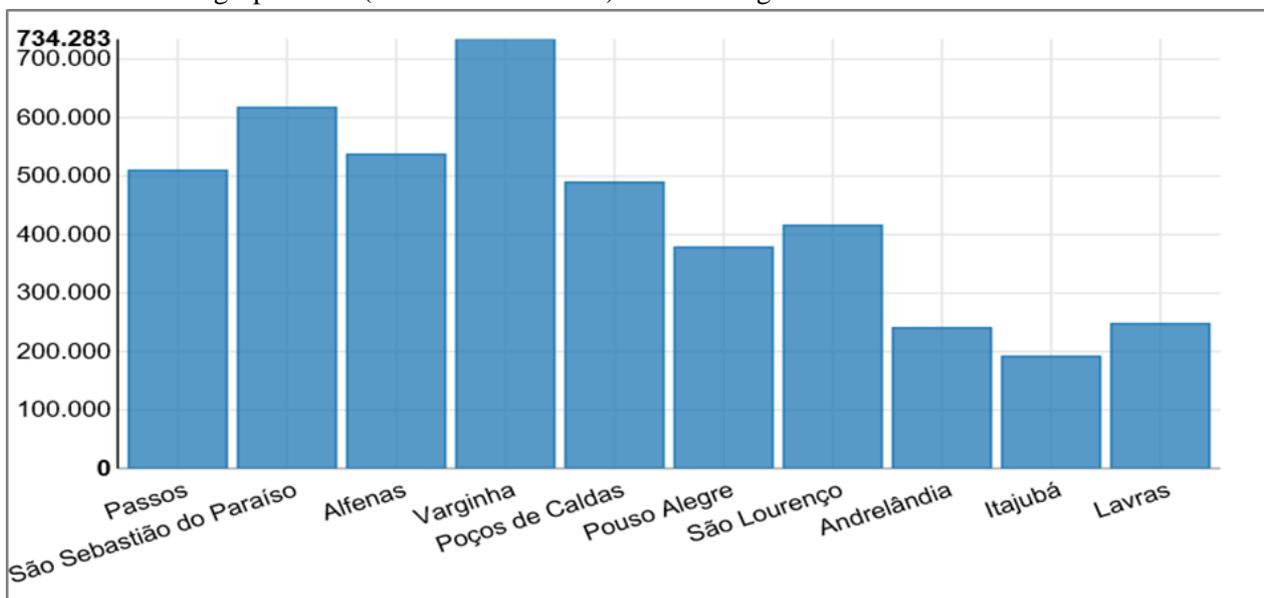
Situação que vai ao encontro do que Alves (2018, p. 119) diz sobre ruralidade em microrregião – para este autor, esse tipo de circunstância (a absorção de mão de obra pelo campo) mostraria “que algumas situações mascaram a ruralidade existentes em cidades [em especial nas menores] que dependem e vivem das atividades agropecuárias”. Quer dizer, percebe-se que além do campo servir como principal fonte de alimentos e subsistência para a cidade, o que para Singer (1987, p. 12) significa ser onde “se pratica a agricultura e, em determinadas condições, todas as demais atividades necessárias ao sustento material da sociedade”, também é importante para o dinheiro circulante na parte urbana dos municípios, principalmente em períodos específicos do ano, como registrou Alves (2018) em sua análise sobre a Microrregião de Alfenas, cujos resultados, em parte, assemelham-se bastante aos observados na de Varginha.

O que chama a atenção para os dados é que em quase todos os municípios a PEA é superior à população rural, o que evidencia a ruralidade nas cidades, ou seja, a população vive na cidade e trabalha no campo, dedica-se às atividades agropecuárias e apenas reside no perímetro urbano ou, ainda, desenvolve alguma atividade agroindustrial, serviço ou comércio nas cidades relativas à agricultura. Destaca-se também a população sazonal na época da colheita do café. Entre os

meses de maio e agosto, muitas pessoas residentes e que trabalham em atividades urbanas, deslocam-se para as fazendas colhendo café e incrementando a renda. Essa prática é muito tradicional e faz parte do cotidiano da população das cidades pequenas (ALVES, 2018, p. 122).

A importância do PIB agropecuário na MRV é verificável quando o comparamos com o das demais subáreas da Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais. De acordo com o Gráfico 1, a de Varginha é a que teve o maior movimento no setor em 2015, correspondendo a 8% do seu PIB microrregional total. O intuito desse apontamento é o de chamar a atenção para esse segmento, já que esses valores reiteram sua predisposição para atividades desempenhadas no campo. Contudo, o fato da MRV ter apresentado, no ano de 2015, o maior PIB agropecuário da mesorregião tem relação direta com sua localização no Sul de Minas, conforme evidenciaremos a partir do próximo parágrafo.

Gráfico 1: PIB agropecuário (em milhões de reais) na Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais em 2015



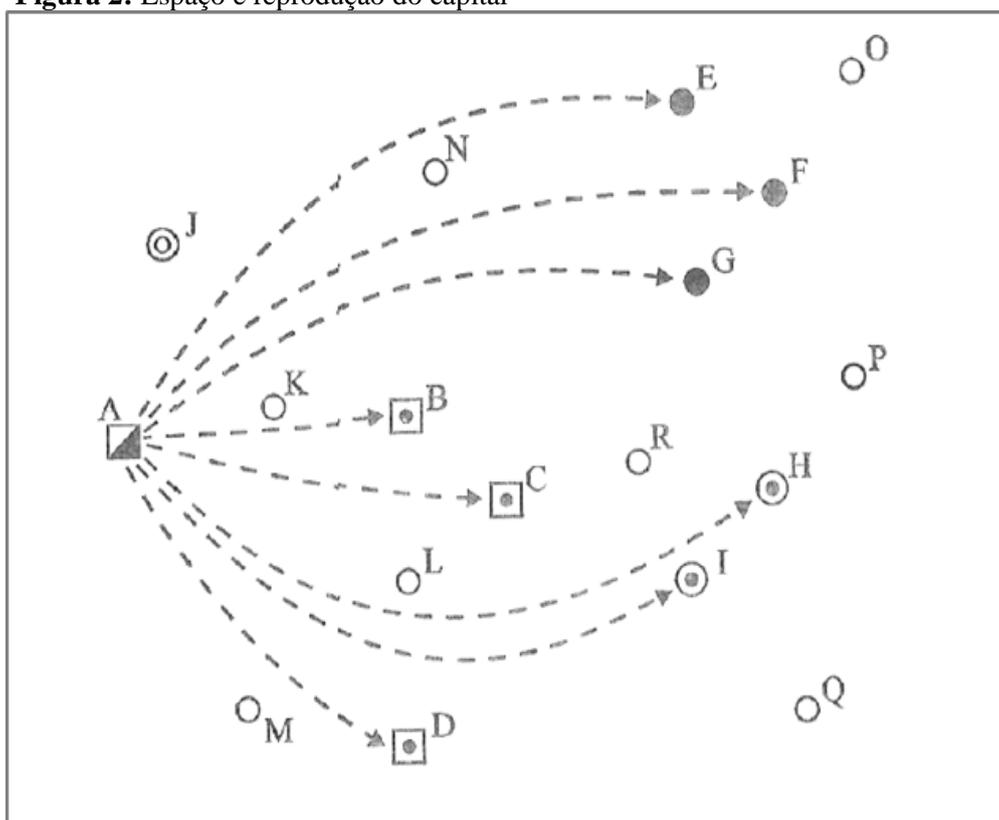
Fonte: IBGE (SIDRA, 2015)

A relação PIB x Localização segue ao encontro do que Corrêa (1997) diz a respeito das transformações resultantes das interações espaciais. Para ele “[...] elas refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas” (CORRÊA, 1997, p. 280). Ou seja, os lugares são adaptados conforme às necessidades do capital. Para o autor, “[...] as interações espaciais caracterizam-se, preponderantemente, por uma assimetria, isto é, por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças [...]” (CORRÊA (1997, p. 280).



Essa diferença foi simbolizada por Corrêa (1997) e capturada por nós na Figura 2. Na ilustração, o autor nomeia **A** de sede de corporação, **B**, **C** e **D** de fábricas, e **E**, **F** e **G** de filiais de coleta e beneficiamento de produtos rurais. As marcações, em resumo, significam que quanto mais próximo da sede corporativa, mais presentes estão as fábricas e, quanto mais distante, mais presentes estão os pontos fornecedores de produtos rurais. Para relacionar este esquema à atual realidade da MRV, chamaremos de **A** a cidade de São Paulo, **B** e **C** de Poços de Caldas e Pouso Alegre, respectivamente, e **E**, **F** e **G** de Alfenas, Varginha e São Sebastião do Paraíso, também respectivamente.

Figura 2: Espaço e reprodução do capital



Fonte: Adaptado de Corrêa (1997, p. 286)

Realizada essa adaptação, ficou evidente que, em relação a rede urbana de São Paulo (talvez a principal do País), Pouso Alegre (que deteve, no ano de 2015, o maior PIB geral) terá uma predisposição às indústrias, enquanto Varginha, uma predisposição voltada mais para a agropecuária. Vale lembrar que essa condição está relacionada a desconcentração de capital intensivo nas principais metrópoles do País – movimento que promoveu (e tem promovido) diversas mudanças nas redes urbanas. Assim, o setor do agronegócio poderá se valer da pré-disposição da população da MRV em exercer atividades rurais para a inserção de mais capital, estimulando com isso o crescimento econômico da delimitação geográfica examinada.

5 CONCLUSÃO

Por meio da categorização realizada na MRV foi possível descobrir que a área possui uma dispersão populacional cujo núcleos urbanos são preponderantemente pequenos e mantem uma função essencialmente rural, quer dizer, detém uma relação mais intensa com as atividades ligadas ao campo. Com a proposta foi possível ainda levantar que a delimitação é um local com grandes potencialidades econômicas voltadas para a agropecuária, isso porque sua localização geográfica – em relação a rede urbana de São Paulo, preferencialmente –, propicia tal condição. Além disso, foi possível evidenciar que a área possui um grande quantitativo de mão de obra já intimamente ligada as atividades do campo.

Porém, ainda que este tipo de divulgação seja benéfico, é válido deixar registrado que a curto e longo prazos a inserção de um capital mais intensivo pode trazer problemas, como por exemplo, adversidades ambientais (principalmente pelo manuseio do solo rural por atividades agrícolas intensivas, sem que haja os devidos cuidados em face da sua preservação). Contudo, o método de categorização de microrregiões geográficas – proposto neste artigo – é importante pois permite conhecer a realidade funcional dessas áreas que, por vezes, não são trabalhadas pela literatura, já que usualmente dá-se mais importância aos estudos urbanos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. In: Inter-relações entre as transformações demográficas e a agenda social. Texto para discussão IPEA: São Paulo/Rio de Janeiro, 2000. N°. 702.
- ALVES, Flamarion Dutra. Cidades pequenas no sul de Minas Gerais: ruralidades presentes no território. In: FERREIRA, Marta Marujo; VALE, Ana Rute do (Organizadoras). **Dinâmicas geográficas no sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2018, p. 107-127.
- ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial. Geografia Agrária, 2013. p. 33-41.
- AMORIN FILHO, Osvaldo Bueno; SENA FILHO, Nelson de. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Ed. Vieira, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In. CASTRO, I. E. GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Explorações Geográficas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.
- _____. **Região e organização espacial**. 7ª ed., 3ª reimpressão Editora Ática: São Paulo, 2003.
- _____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 30, p. 05-12, 2011.



HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **ANTARES**, n° 3 – Jan/jun 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Vol. 1 – Rio de Janeiro, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MANOEL, Lucas. Dinâmica socioeconômica da rua do comércio da cidade de Elói Mendes/MG. 50f. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2016.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, n. 19, 2002.

MINAS GERAIS (Org.). **Caderno regional do sul de Minas**. [s.l.]: [s.n.], 2014. 235 f.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França São Paulo: Ática, 1993.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPGE**, n. 2, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Marcos Aurélio Saquet e Eliseu Savério Sposito (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008 p. 73-94.

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Roni. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 109-135, jul./dez. 2004.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 11ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense: São Paulo, 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a cidade pequena e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios de Pernambuco**. Recife, 2001.

Recebido em 27 de agosto de 2018
Aprovado em 12 de outubro de 2018

